



Entre o passado europeu e o futuro americano: dois ensaios sobre o Brasil da década de 1930*

*Between the European past
and the American future:
two papers about Brazil
in the 1930s*

Karen Macknow Lisboa

Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo.
Av. Professor Lineu Prestes, 338
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
lisboa77@usp.br

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em julho de 2013.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000006>

LISBOA, Karen Macknow. Entre o passado europeu e o futuro americano: dois ensaios sobre o Brasil da década de 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://scielo.br/hcsm>.

Resumo

O artigo explora a ideia de Europa concebida por Stefan Zweig e Hermann Ullmann nos livros quase homônimos sobre o Brasil, escritos no final da década de 1930 e início de 1940. No contexto político do entreguerras marcado pela ascensão do nazismo, pergunta-se em que sentido a Europa continua a servir de modelo civilizatório e qual a dimensão crítica que se expressa em concepções que invertem os papéis da Europa e do Brasil. Observa-se ruptura parcial com visões dicotômicas e hierárquicas acerca das relações entre o Velho e o Novo Mundo e sugerem-se novas formas de relação entre essas regiões no contexto mundial.

Palavras-chave: Brasil; era Vargas; escritos de viagem; Stefan Zweig (1881-1942); Herrmann Ullmann (1884-1958).

Abstract

The article examines the idea of Europe conceived by Stefan Zweig and Hermann Ullmann in the similarly titled books about Brazil written in the late 1930s and early 1940s. In the political context between the great wars marked by the rise of Nazism, the question is posed regarding to what extent Europe continues to serve as a model of civilization and what the critical dimension is that is expressed in concepts reversing the roles of Europe and Brazil. One detects a partial rupture with dichotomous and hierarchical viewpoints about the relationship between the Old World and the New World, and new forms of relationship between these regions within the worldwide context are suggested.

Keywords: Brazil; the Vargas era; travel writings; Stefan Zweig (1881-1942); Hermann Ullmann (1884-1958).

Sinto por quem não vivenciou, quando jovem, os últimos anos de confiança na Europa.

(Zweig, 1996, p.27)¹

Qual Europa para qual Brasil? É essa pergunta que norteia a discussão sobre as ideias de dois autores que escreveram livros de títulos quase homônimos e que conheceram o Brasil no mesmo período. Trata-se do sudeto-alemão Hermann Ullmann (1884-1958), publicista e historiador, e do vienense Stefan Zweig (1881-1942), famoso escritor de contos, romances e biografias históricas. Ullmann, nascido na Boêmia, ainda no Império Austro-húngaro, publica em 1937 *Land der Zukunft. Reise in Brasilien*, resultado da segunda viagem realizada ao Brasil poucos anos antes. E Zweig, que aporta a primeira vez no país em 1936, de passagem para a Argentina, edita em 1941, quando adquire o visto de permanência definitivo no Brasil, *Brasilien, ein Land der Zukunft*. Esse livro se tornou *best-seller* e foi traduzido para várias línguas², diferentemente do de Ullmann, que permaneceu pouco conhecido.

A biografia desse autor pouco difundido revela uma situação nômade e a realização de muitas viagens. Ullmann, tanto no período de estudos quanto durante a vida profissional, viveu em diferentes cidades: Viena, Praga, Heidelberg, Berlim, Dresden, Sofia, Belgrado e, depois de 1942, Berna, Genebra e Basileia. Esteve no Brasil na década de 1920 e depois na de 1930. Também foi aos EUA e Canadá. Tal como Zweig, um viajante que passou por partes de vários continentes – Ásia, América e África³ –, viu com horror a deflagração da Primeira Guerra Mundial e assistiu ao fim do Império Austro-húngaro. Diferente dele, porém, adquiriu a cidadania alemã em 1914, não era judeu e não veio ao Brasil como refugiado, tal qual o escritor austríaco, mas também não era simpaticante de Adof Hitler. Como sudeto-alemão, sentia-se sem pátria: os alemães da Boêmia e Silésia, assim afirma em suas memórias, viviam entre aquela “saudade austríaca do passado”, que grassava sobretudo em Viena, e um desejo do “Império” que soprava da fronteira do Império alemão. “Lá fora, como dizíamos, parecia estar saciada a saudade de um Estado nacional alemão. Mas como austríacos sabíamos que esse desejo não era saciável” (Ullmann, 1965, p.19). Em sua “bela e aconchegada pátria”, não se sentia “em casa”, assevera logo em seguida. Opondo-se a qualquer “provincianismo”, realiza andanças pela Europa de cultura germânica, à procura da língua e da literatura que a unificavam (p.20). Com o nazismo em ascensão, criticou a forma como as minorias alemãs fora do Reich eram tratadas. Via-se como um representante do *ernsthafter Widerstand* (séria resistência ao nazismo) e não esperou o agravamento da situação para viajar (p.145).

Tanto Ullmann como Zweig se consideravam europeus, acima de qualquer pertencimento nacional, e testemunharam a Era da Catástrofe, expressão de Hobsbawm (1994) para designar o período que demarca a crise do imperialismo e os trágicos acontecimentos do início da Primeira Guerra Mundial até o final da Segunda. Conforme Zweig (1996, p.245) expressa em suas memórias, no capítulo intitulado “Glanz und Schatten über Europa”, 1914 foi o momento de inflexão. Também Ullmann (1965, p.21) vê esse fatídico ano como o abortamento de uma futura Europa cujo cerne se encontrava naquela região central, familiar a ambos os escritores. Pretende-se adiante explorar nos livros desses autores sobre o Brasil a concepção de Europa que projetam naquele momento tão tenso da história e que tão dramaticamente interferiu em suas biografias, sobretudo na de Zweig.

Embate entre Europa e EUA

A reflexão de Ullmann (1937, p.122-125) parte de uma pergunta bastante geral: ele questiona se os “países novos” como o Brasil precisam materialmente da Europa. Dela utilizam a tecnologia e sobretudo o capital, sendo o britânico o mais importante. Assim como a Europa, observa com ceticismo a conduta dos EUA. A aproximação econômica entre EUA e Brasil envolve muita corrupção e negócios ilícitos, assevera o alemão. A influência estado-unidense já se manifesta também no estilo arquitetônico, na presença da língua inglesa nas escolas e no estilo de vida urbano. Mas essa presença tem suas “fronteiras psíquicas e físicas”. O Brasil, por ele designado *Riesenreich* (reino gigante), não requer somente capital, tecnologia, estradas, fábricas e racionalização da agricultura: necessita de “formação” (*Gestaltung*).⁴ Considerando que os EUA também estavam em “formação”, Ullmann não os crê capazes de assumir tal tarefa. No entanto, a ameaça de maior intervenção já estaria posta por meio da política de “boa vizinhança” de Roosevelt, uma modernização da doutrina Monroe, conforme ensina o autor: fundamenta-se em “solidariedade livre” entre os países das Américas do Sul e Central sob a liderança dos EUA, pressupondo o afastamento da Europa.⁵

A preocupação diante do poderio dos EUA no Brasil e, de modo geral, na América Latina estava em diálogo com as reações alemãs frente àquela nação, desde o final do século XIX. O discurso político alemão verberava o “perigo americano”. No final da Primeira Guerra Mundial, o papel assumido pelos EUA nas negociações de paz não deixava dúvidas quanto a seu poder em ascensão. Não só do ponto de vista político e econômico, por meio de largos investimentos, se manifestava a presença estado-unidense na República de Weimar. Em muitos quesitos, os EUA exerciam função de modelo: as instituições democráticas, o alto grau de tecnologização e racionalidade, as condições de produção. O *American way of life* ganhou espaço por meio da “exportação” de modalidades esportivas, do jazz, da arquitetura de arranha-céus, da linha de montagem e do acordo salarial (Rinke, 1998, p.209). Na década de 1920, a vitória dos EUA era por muitos interpretada como a vitória do espírito capitalista sobre o idealismo alemão. As vozes conservadoras, de direita, criticavam o americanismo, reduzindo-o a pragmatismo, consumismo, racionalização e tecnologização.⁶ Já para a vanguarda modernista alemã, os EUA seriam o caminho para a modernidade e a democracia (Rinke, 1998, p.221 e 229). Também no Brasil, em certas facções do imaginário político e social, ressoava este *leitmotiv*: a nação norte-americana era um exemplo a ser seguido. Na prática, a instauração da república, a constituição de 1891 e o próprio nome Estados Unidos do Brasil nortearam-se pelo modelo estado-unidense. E como na Europa, o *American way of life* infiltrava-se por meio da importação de bens de consumo, como o automóvel, e produtos culturais, entre eles o cinema.⁷

Diante desse embate tributário de disputas entre nações hegemônicas, Ullmann (1937, p.137) formula a indagação: “quem formará o Brasil? Quem fornecer capital e tecnologia? Não. Quem fornecer gente.” O autor enfatiza essa dificuldade, pois nem os EUA, nem a Inglaterra podem oferecer imigrantes. E o restante da Europa, só em número exíguo. Diante da carência populacional, seria improvável o Brasil ocupar com forças próprias os “espaços vazios”, de sorte que, considerando a situação política mundial, as “cobiças imperialistas” por regiões ricas em matéria-prima logo se manifestariam. Ullmann defende a entrada de capitais estrangeiros

e apoia a diversificação e intensificação da produção agrícola. Sem esmiuçar detalhes, ele igualmente nota a existência de grupos econômicos que compartilhavam interesses díspares: os mais nacionalistas viam com temor a entrada de capitais estrangeiros em oposição aos mais progressistas e cosmopolitas.

O autor pondera que o setor agrário era o grande responsável pelos problemas do Brasil. A monocultura seria o primeiro, secundada pelo êxodo rural. Sem pormenorizar, Ullmann (1937, p.137-138) alude às condições adversas dos trabalhadores rurais, que aumentam o proletariado no campo, quando não fogem para a cidade. Em país tão grande, onde se computavam em média quatro ou cinco habitantes por quilômetro quadrado, o êxodo rural parecia um grande paradoxo. Não porque faltasse terra, como na Europa central, mas porque a vida do trabalhador no campo seria muito sofrida. Onde a terra era boa e barata, o acesso ao mercado era difícil, e onde estava próximo o mercado, a terra era muito cara. Só os japoneses teriam tenacidade para cultivar pequenos espaços perto das cidades e progredir materialmente.

Nessas condições, o potencial de crises sociais parecia a Ullmann (1937, p.139-140) bastante elevado, desmentindo a suposição de serem elas resultado de influências externas, de serem um produto da Europa. O autor afirma timidamente que no Brasil qualquer oposição era taxada de ameaça bolchevique. Evitando especificar fatos e personagens, deixa entrever aqui uma crítica ao enrijecimento do governo de Getúlio Vargas.⁸ A seu ver, as crises advêm da estrutura do país, em que se misturam práticas semelhantes ao “feudalismo” – termo que conotaria a continuação de relações senhoriais – e à “democracia”, sem que houvesse um meio-termo. Paradoxalmente, atribui as crises ao que considera a “vantagem” do “jovem país”: seu estado inacabado, seu porvir ora desenfreado, ora estagnado; ao fato de durante séculos esse porvir ter permanecido “conservado” devido à colonização portuguesa. E agora era inevitável o desenvolvimento, em uma combinação de “influências europeias, norteamericana e formas próprias”, no oscilar entre “dependência e rejeição da Europa”. A solução, de acordo com sua opinião, seria aceitar os aspectos frutíferos e construtivos da Europa e recusar os prejudiciais. Entretanto, o autor não se arrisca a dizer quais seriam esses aspectos. Só lamenta que a “confusão da Europa” tornasse esse processo muito difícil. A reação dos “novos países” era então, cada vez mais, a de rejeitar a Europa por completo.

Reconhece Ullmann que a própria Europa passava por crises de autodefinição, sem saber qual era seu papel no cenário mundial. O viajante aborda a questão do jogo de poderes e de hegemonia de algumas nações em relação ao Brasil e à América Latina, mostrando que se trata de um processo prenhe de ambiguidades e conflitos, mas sem lhe aprofundar a análise. Lembramos aqui, mais uma vez, que Ullmann articula essas projeções sobre o Brasil tendo como ponto de fuga uma Alemanha que perdera a Primeira Guerra Mundial e, em consequência do tratado de Versalhes, suas colônias na África e na Ásia.⁹ As esperanças alimentadas pelo “revisionismo colonialista” na década de 1920 foram retomadas e reforçadas por Hitler.¹⁰ No contexto de um “colonialismo sem colônias”, as colônias de imigração, tal qual havia no Brasil, podiam exercer simbolicamente nessa fase uma função de *Ersatz*, de substituição (Rinke, 1996, v.1, p.291).¹¹ Apesar de Ullmann não ser um simpatizante do nazismo, também não expressa uma posição crítica quanto aos interesses políticos da Alemanha no Brasil e na América Latina.¹²

Qual Europa para qual Brasil?

Ullmann (1937, p.140-141) avança com certo cuidado ao vislumbrar um impasse: o Brasil, em sua opinião, tinha carência de braços e capitais, mas, naquele momento de tensão que precedeu a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava muito preocupada com ela mesma, portanto, incapaz de pensar em um projeto mais consistente de emigração e de investimentos. Além disso, a taxa de natalidade na Europa estaria diminuindo, relativizando a gravidade do suposto problema do “espaço vital”.¹³ Paralelamente, no Brasil, a campanha de nacionalização afugentava novos estrangeiros. Ataques de “círculos nativistas” contra imigrantes vinham-se repetindo, queixava-se Ullmann.¹⁴

Esses dois mundos separados por apenas quatro dias de voo num dirigível estão agora distanciados por um enorme abismo de ignorância recíproca e interesses díspares, lamenta o viajante. E, em verdade, esses interesses poderiam complementar-se caso cada lado soubesse melhor do que necessita, ideia que Zweig, alguns anos mais tarde, retomaria com muita ênfase. O Brasil de Ullmann (1937, p.141-142), semelhante a outros países imigratórios como, por exemplo, Canadá, apresentava os seguintes paradoxos: falta de gente, êxodo rural, excesso de riquezas minerais e falta de consumo interno e de mercado. Isso mostrava que o isolamento desses países era uma “reação de transição e de perplexidade”, e ao mesmo tempo revelava uma situação de inferioridade e dependência da Europa em relação aos países “novos” visto que diante de todas as nações imigratórias, a velha Europa agia como um “pedinte perigoso e enfadonho, que deve ser tratado como um parente empobrecido, por culpa e incapacidade próprias”.

Apesar desse impasse, o autor continua a defender a opinião de que os “novos” países ainda precisam da cooperação intelectual e cultural europeia, sobretudo aqueles preocupados com a exploração “tecnológica” da terra (Ullmann, 1937, p.142).

É por esse viés que Zweig (1981, p.132) desenvolve os prognósticos de Ullmann. O escritor austríaco baseia-se em um conceito elitista e eurocêntrico de cultura, segundo o qual somente a classe média ascendente e a “aristocracia” brasileira contribuíram com realizações para a “cultura universal”. As classes baixas, em virtude do analfabetismo e isolamento espacial, estariam excluídas de uma “cultura tipicamente brasileira” (Zweig, 1981, p.132).¹⁵ Zweig (p.139-140) não deixa dúvida de que a vida intelectual revelava muita energia, mas precisava ainda da Europa como fonte inspiradora. “Toda comparação com a Europa de nada vale. A Europa possui muitíssimo mais tradição e menos futuro, o Brasil tem menos passado e mais porvir.” Aqui os museus, as bibliotecas, a difusão do ensino ainda estão por realizar. A precariedade das instituições obriga os jovens a completar seus estudos na Europa ou nos EUA. Nesse sentido, o Brasil precisa do impulso europeu, “apesar de todas as nossas loucuras”, declara Zweig aludindo ao regime nazista.

Zweig e Ullmann pensam a Europa como modelo para a ‘cultura ocidental’. O primeiro, nas palavras introdutórias de seu livro, diante das vicissitudes históricas e da guerra genocida no velho continente, questiona os conceitos de cultura e civilização. Sua crítica diz respeito à ausência de valores humanitários e pacíficos que as sociedades altamente capitalistas e industrializadas geraram, em contraste com o Brasil (Zweig, 1981, p.17). Quando sugere que o Brasil necessita ainda da cultura europeia como fonte inspiradora, Zweig pensa na vida

intelectual e nas realizações da Europa, quer devolver-lhe o papel de “irradiadora das Luzes” num período anterior à Primeira Guerra Mundial não no sentido de “civilização” e sim de “cultura”, na acepção alemã, reportando-se à diferença conceitual proposta por Norbert Elias (1990) (Lisboa, 2011, p.145-148).¹⁶

Já Ullmann (1937, p.142-144) diferencia menos o tipo de contribuição que a Europa pode oferecer aos “países novos” ainda que ressalte a necessidade de uma relação de outra qualidade com o continente. Também ele acredita que a América do Sul precisa dela “espiritual e culturalmente”, embora ela não servisse como padrão enquanto estivesse “amorfa” (*gestaltlos*). Aos olhos do autor, a Primeira Guerra Mundial significou a derrocada da Europa no palco mundial, perdendo ela a liderança cultural, social e econômica. Sua preocupação com essa perda ultrapassa as fronteiras do velho continente: “Em virtude disso, não estaria o mundo inteiro perigosamente amorfo (*gestaltlos*)? Não é mais possível restaurar a antiga liderança; e, mesmo que fosse, seria criticável.” O autor alude a condutas depredatórias das metrópoles e nações hegemônicas em relação ao Novo Mundo. “A Europa pré-guerra promoveu as suas colônias durante séculos de forma frequentemente dúbia. Sua dominação foi muitas vezes infame e irresponsável, como a de um saqueador.” A história da colonização é uma sucessão de atitudes e omissões, de “frutos” questionáveis.

Por outro lado, “a grandeza imensurável” do Brasil oferece várias necessidades, tarefas, possibilidades de formação e uma natureza com a qual seria preciso lutar de maneira criativa. “Paisagem antiga, mas também jovem, que clama por gente e tecnologia; justamente esta técnica que nos humilha, tiraniza e nos faz definhar no Velho Mundo tão apertado.” É uma paisagem que deseja uma “Europa que não ‘domine’ mais no velho estilo depredador, mas que ajude a formar”, adverte o autor. Para tanto, a Europa precisa reformar-se. “E só olhando para sua tarefa além-mar a Europa poderá repensar sua posição no todo” (Ullmann, 1937, p.142-144; destaque no original).

Zweig critica os males da civilização e sugere novos critérios para avaliá-la. Por isso, não está tão preocupado em desmascarar as faltas e falhas que denunciam o atraso ou a ausência de progresso econômico e social no Brasil. Mesmo quando o faz, sempre retorna à posição de observador condescendente com a realidade brasileira, mantendo como tela de fundo os nossos mitos de democracia racial e de sermos uma sociedade pacífica. No entender de Zweig (1981, p.126), os potenciais econômicos do Brasil ainda não tinham sido aproveitados:

assim como a grande massa do Brasil absolutamente ainda não tirou do solo todos os valores potenciais, também não tirou de si tudo o que encerra de dotes, de energia para o trabalho, de possibilidades ativas. Mas a produção, vista de um modo geral, tendo-se em conta os obstáculos climáticos e a delicadeza da compleição física, é extremamente respeitável, e em face dos fatos observados nos últimos anos, hesita-se em qualificar de falha uma eventual deficiência de sofreguidão e de impetuosidade, a falta de pressa em progredir.

Do ponto de vista econômico, Zweig (1981, p.108) vislumbra um Brasil prestes a solucionar o problema da dependência externa e da monocultura. Teria o país já apreendido que não “se devem carregar todos os ovos num só cesto”? Com o bloqueio comercial causado pela Segunda Guerra Mundial, o Brasil expandia a própria indústria, destarte fortalecendo o mercado interno e libertando a economia da vulnerabilidade da cotação do café. O escritor,

raramente abandonando o tom apologético, não hesita em comparar a situação vigente então (o governo Vargas ainda simpatizava com o Eixo) com 1808, momento da abertura dos portos no contexto da fuga da família real para o Brasil: “Do mesmo modo que as guerras de Napoleão indiretamente determinaram a independência política do Brasil, a guerra de Hitler criou a indústria deste país, que, da mesma maneira que soube conservar sua independência política, saberá conservar sua independência econômica através dos séculos”.

No entanto, apesar dessas previsões auspiciosas – e um tanto ingênuas –, a grande terra, preta de muitas possibilidades, ainda tinha de solucionar alguns problemas. Como Ullmann, Zweig considera a carência populacional um obstáculo para o desenvolvimento do país. A isso se somavam as doenças endêmicas e a precária rede de transporte e comunicação. Quanto ao estado de saúde da população brasileira, Zweig (1981, p.108-109) traça um quadro realmente assustador, não obstante elogie novamente o governo pelos esforços que empreendia para combater males como a tuberculose, a malária e a lepra. Inspirado no estudo de Roberto Simonsen¹⁷, chama atenção para a subalimentação da população nordestina e faz comentário semelhante ao de Ullmann, ao ressaltar o paradoxo entre riqueza natural e pobreza social: “isso num país em que há superabundância de víveres”. As doenças endêmicas estariam furtando do país sua força de trabalho. Metade da população, ou seja, 25 milhões de habitantes, segundo dados estatísticos da época, não cooperava com a economia, nem como produtora, nem como consumidora (Zweig, 1981, p.109-110).

A falta de transporte para o escoamento de produtos e matérias-primas aos mercados consumidores é considerada por Zweig (1981, p.111) o “magno problema”, reforçando opinião de Ullmann. Para que fosse resolvido, “enormes capitais” faziam-se necessários, mas conforme Zweig reconhece “o dinheiro sempre foi escasso no Brasil”. Muito timidamente, o autor elogia a reserva de mercado que o governo de Vargas adotava, “a fim de não deixar que os empreendimentos de maior importância vital para o país caíam inteiramente em mãos estrangeiras”.

Finalmente, tão crítico do conceito de civilização e das consequências funestas da modernidade capitalista, Zweig assume um discurso modernizador. Diante do quadro de atraso econômico e industrial defende providências. “Para desenvolver mais rapidamente de um extremo ao outro esse país, esse mundo, seria preciso uma dupla fecundação: um grande influxo de capitais e ainda uma constante afluência de homens, que, porém, nos últimos anos tem sido dificultada e reduzida pela grande guerra e por suas consequências ideológicas” (Zweig, 1981, p.111).

Zweig (1981, p.110-112) acredita que os EUA deveriam investir no Brasil, por sofrer com o “excesso” de dinheiro acumulado e que não rende, e também que o excesso de gente no Velho Mundo poderia ser transferido para o Novo, curando a “anemia” de gente para território tão vasto). Se Ullmann, em meados dos anos 1930, assinalou a impossibilidade de a Europa fornecer contingente emigratório, Zweig apresenta outra perspectiva, inspirada em sua própria experiência e na de milhares de refugiados da Europa nazista. Com base na análise de Roberto Simonsen, Zweig menciona que metade da população, ou seja, 25 milhões de brasileiros, vivia à margem da sociedade – doente, subnutrida e analfabeta – e sem condição de cooperar com a economia. A integração dessa população demandaria ainda muitos decênios, assinala Zweig (1981, p.109-110), embora o governo estivesse empenhado nessa tarefa. Enquanto

isso não ocorresse, aos olhos desse exilado, a imigração seria uma forma de alavancar o desenvolvimento. Referindo-se a décadas passadas, portanto anteriores à política restritiva de imigração da era Vargas, pondera que ela contribuiu para a cultura, o progresso e, *last but not least*, para o branqueamento da “raça brasileira”.

Essa imigração... de brancos ... nos últimos cinquenta anos importa num enorme acréscimo de energia ao Brasil e ao mesmo tempo lhe proporciona imensa vantagem do ponto de vista da civilização e da etnologia. A raça brasileira, que, devido à importação de negros, está ameaçada de se tornar cada vez mais escura, cada vez mais africana, clareia visivelmente, e o elemento europeu, em oposição ao elemento, primitivamente crescente, de escravos analfabetos, eleva o nível da civilização (Zweig, 1981, p.105).

Ele retoma aqui o debate em torno do branqueamento iniciado no século XIX.¹⁸ Por um lado, assume o discurso racial ao reiterar a necessidade de neutralizar a presença negra africana. Por outro, ao levantar a bandeira de imigração, opõe-se às medidas restritivas do governo Vargas¹⁹, pois no âmbito de regularizar as relações de trabalho, visando à proteção do trabalhador brasileiro, o Estado Novo procurou controlar o movimento migratório. Ao mesmo tempo, pretendeu diminuir o afluxo para os centros urbanos e evitar na área rural nova concorrência com o trabalhador nacional. Combater o êxodo da população do campo e diminuir as diferenças entre o meio urbano e o rural estavam na agenda do governo com reformas na área da educação e da saúde, na expansão dos direitos do trabalhador e no acesso à terra (Gomes, 1982, p.162-163). São essas as reformas que aos olhos de Zweig levariam “decênios”. Nesse ínterim, o processo de modernização repousa na presença do imigrante estrangeiro, que traria uma “energia e uma disposição para o trabalho ainda de todo íntegra”, bem como “a pretensão a um padrão de vida mais elevado”. Seriam alfabetizados, teriam conhecimentos técnicos, trabalhariam “num ritmo mais rápido do que a geração mal-acostumada pelo serviço dos escravos e não raro debilitada em sua capacidade de trabalho pelo clima” (Zweig, 1981, p.105).

Assim, deveriam ser corrigidos justamente os traços que o autor elogiara e que emprestavam ao brasileiro mais humanidade – a “nossa” afabilidade, calma, outro sentimento de tempo, mais simplicidade, compondo um quadro de virtudes dignas de ser ensinadas aos europeus (Zweig, 1981, p.140). Para temperar a crítica implícita à política migratória varguista, aposta na integração e assimilação dos estrangeiros na nova terra. Oriundos de diferentes países, italianos, alemães, eslavos, japoneses e armênios vão-se abrasileirar e construir “uma nação unida por uma só língua e um só modo de pensar”, graças ao “método do cruzamento e da adaptação recíproca” (p.105-106). Chama a atenção o fato de Zweig não distinguir etnicamente os imigrantes, afastando-se, portanto, de qualquer polêmica em relação à discussão migratória, tal qual havia por exemplo em relação à vinda de japoneses ao Brasil. A nacionalização imposta pelo governo de Vargas para evitar os ‘quistos’ de imigrantes de mesma nacionalidade, que, como apontou Ullmann, implicou uma série de perseguições e proibições, é interpretada por Zweig como forma de propiciar o “cruzamento e adaptação recíproca”. Nesse aspecto, ele apoia a política de nacionalização e abrasileiramento de Vargas, embora não concorde com uma política de imigração restritiva e deposite no imigrante estrangeiro a esperança de modernização.

Ao mesmo tempo em que considera a ‘europeização’ do Brasil, por intermédio do imigrante assimilado, um caminho mais eficiente para desenvolver o país, Zweig (1981) sugere que estivesse acontecendo um processo de ruptura: o Brasil estaria rompendo com sua “atrasada consciência colonial”. Desdobra assim o que Ullmann, de forma mais concisa, enxergara antes do advento da Segunda Guerra Mundial. Escreve Zweig (1981, p.113-114): “A cegueira da Europa, que em insensatos nacionalismos agora se devasta a si própria, pela segunda vez, fez com que a nova geração aqui se tornasse independente”. Em sua visão, o Brasil se estaria emancipando do mundo europeu e descobrindo seus próprios valores e vantagens. Há uma “ambição de se desenvolver por si só”, observa o autor, um “otimismo” e um “ousado espírito empreendedor inteiramente novos”. “O Brasil aprendeu a pensar de acordo com as dimensões do porvir.” Sua mania de grandeza, por exemplo a de construir prédios públicos muito maiores do que os europeus, não é uma atitude megalomaniaca e sim uma forma de se lançar no futuro, com coragem, explica o autor. O espaço geográfico reforça esse movimento. “O Brasil reconheceu que espaço é força e gera forças, que não são o ouro nem o capital poupado que constituem a riqueza de um país, mas sim o solo e o trabalho que neste é realizado.... Espaço não é simples matéria, espaço é também força psíquica. Alarga a visão e dilata a alma.... Onde há espaço, há não só tempo, mas também futuro” (p.113-114).

Esse pensamento era motivado pela unidade cultural, religiosa e linguística, conforme Zweig preconizava, sustentada pelo avanço do branqueamento. Wolfgang Hoffmann-Harnisch (1938, p.267), outro alemão que esteve no Brasil na década de 1930, se aproxima de semelhante percepção, que toca o ideário do “espaço vital”: para ele, há uma relação qualitativa entre o espaço geográfico e seus habitantes. “A felicidade deste país se baseia na proporção entre o espaço e o ser humano”. Ele não é fator único e determinante para a felicidade, mas certamente o mais essencial. Os materialistas advogam que o mais importante é ter bens, critica o autor, pois a seu ver os bens materiais não eram essenciais. Como Zweig, Hoffmann-Harnisch (1938, p.267) também defende que “espaço para pisar, ar para respirar, lugar para se movimentar, silêncio para refletir, calma para sentir são igualmente riquezas”.

Considerações finais

No discurso reformador e providencial desses estrangeiros, o Brasil é visto como terra carente de braços que precisa ser explorada. Destacando a importância da agricultura como principal vetor da economia, não são poupadas exortações para que ela diversifique sua produção. Conforme Zweig, o advento da Segunda Guerra Mundial significava, por um lado, a destruição da Europa, por outro, a possibilidade de uma independência econômica, com o avanço da industrialização para o Brasil.

No entanto, a crença de que o Brasil precisa do ‘europeu’ não se esgota, apesar de se enunciarem dúvidas quanto ao papel do Velho Mundo no cenário mundial, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. Tampouco se esgota a visão de que o Brasil depende de capital externo para se “desenvolver”, abrindo-se agora espaço para a intervenção dos EUA, o que não agrada a Ullmann. Se a Europa, em um contexto de crise e pós-guerra, não tem gente nem capital suficientes, para esse autor ainda resta a cultura, na acepção alemã da palavra: realizações morais e espirituais. Já Zweig, que escreve em plena Segunda Guerra Mundial, vê

com pragmatismo a possibilidade de os EUA entrarem com seu capital enquanto vislumbra novo contingente humano da Europa a refugiar-se no Brasil. Ambos os autores ressaltam uma ruptura na sociedade brasileira, associada ao fim de uma postura “submissa” em relação ao Velho Mundo. Ullmann, mais do que Zweig, aconselha os europeus a atuar de maneira menos exploradora e imperialista do que no passado. Esse sudeto-alemão vê a Europa como “primo pobre”, em posição enfraquecida diante dos “países novos”. Zweig, um entusiasta do Brasil, por acreditar que aqui não havia racismo, aperfeiçoa o discurso da mestiçagem sugerindo que a “solução brasileira” deveria servir de modelo civilizatório para a Europa suicida e barbarizada (Lisboa, 2011, p.122-123). Por outro lado, introduz ele próprio algum racismo em sua visão das vantagens do branqueamento.

Essas visões dialogam com as próprias percepções brasileiras e refletem a situação particular desses estrangeiros. Com a Primeira Guerra Mundial, a intelectualidade brasileira, bastante europeizada, revê sua própria visão do Velho Mundo, agora “velha civilização decadente” em oposição às Américas, novo espaço de projeções progressistas e civilizatórias (Oliveira, 1997, p.189). Ullmann (1965, p.17) talvez seja mais crítico do que Zweig em relação à Europa, naquele momento “amorfo”, referindo-se ao período do entreguerras, e até por sua própria origem geográfica e cultural. Em suas memórias de sudeto-alemão, atesta aversão aos anseios imperialistas da monarquia austro-húngara bem como do reino alemão e lembra a impossibilidade de se identificar com qualquer território nacional ou de defender qualquer pertencimento nacionalista. Já Zweig (1996, p.458), um europeu convicto, viu sua Europa implodir com a Primeira Guerra Mundial e percebeu a importância de sua cidadania austríaca ao perdê-la depois da anexação de seu país em 13 de março de 1938, quando a “máscara caiu” e a “Áustria e, com isso, a Europa tornaram-se presa da violência desnudada”. Em suas memórias, lemos que de nada adiantou educar o coração a bater como um *citoyen du monde*. No dia em que confiscaram seu passaporte, Zweig descobriu, aos 58 anos de idade, que perder a pátria é muito mais do que perder um pedaço de terra delimitado (p.466).

A experiência de perdas radicais, de estar constantemente a cruzar fronteiras, a assumir novas identidades, permite leitura mais crítica em relação à Europa da parte de Zweig que de Ullmann, mas também mais idealizadora do Brasil. No trajeto que ora realizamos por essas narrativas, evidenciou-se que a ideia da Europa vinha carregada de decepções, questionamentos e críticas. Ullmann vê o Velho Mundo como “pedinte” e repreende o passado colonialista, preconizando para o presente e o futuro uma relação mais igualitária entre os dois mundos. Zweig, diante da barbárie nazista, deixou-se fascinar pela “paz racial” brasileira, ao enxergar em nossas paragens o futuro da humanidade e assim incorporar a imagem positiva do Brasil veiculada pelo regime varguista. Vale lembrar que o livro de Zweig foi publicado em várias línguas concomitantemente ao lançamento da versão original, de sorte que ele atingiu público internacional além do brasileiro. Certamente essa imagem elogiosa da sociedade brasileira veio ao encontro de anseios propagandistas do regime de Vargas no cenário internacional, a despeito da crítica indireta de Zweig à política imigrantista restritiva. E ainda que haja certa flexibilização do modelo civilizatório e de hierarquias, que se expressa na ideia do Brasil como exemplo mundial, bem como na sugestão de a Europa assumir atitude mais igualitária em relação aos “países novos”, o conceito eurocêntrico de cultura hegemônica perpetua-se na cabeça desses intelectuais. Isso se revela, como vimos, nas exortações que Ullmann e Zweig

fazem a uma espécie de dependência intelectual e espiritual do Brasil em relação ao Velho Mundo, aquele ainda não barbarizado. Zweig chega a definir o que seria “cultura brasileira”, espelhando-a na matriz europeia. Outra demonstração dessa relação de “tutoria” é a própria parcimônia do diálogo desses autores com a produção da intelectualidade brasileira. Zweig foi um pouco além de Ullmann ao incorporar dados do já mencionado livro de Simonsen, listar escritores como Machado de Assis, José de Alencar e Euclides da Cunha, cujas obras valoriza pela comparação com a cultura europeia. Suas observações resultam de uma apreensão seletiva, tributária dos contatos pessoais que ele manteve no Brasil. Seus parceiros intelectuais eram representantes do sistema, da cultura oficial, entre eles conservadores como Afrânio Peixoto, autor do prefácio da tradução brasileira do livro *Brasilien, ein Land der Zukunft* (Dimas, 2005, p.108; Dines, 2004).

O escritor austríaco não expressou crítica à política cultural conservadora e nacionalista de Vargas, marcada por sua relação tão ambivalente com o modernismo. Zweig menciona o pintor Candido Portinari e o compositor Heitor Villa-Lobos, não por acaso porta-vozes do projeto cultural estado-novista, sem apresentar reflexão mais contundente apesar de ceder-lhes um lugar na “cultura mundial” (Zweig, 1981, p.135-138; Capelato, 2003, p.129). Zweig também não conhecia os relevantes estudos sócio-históricos do período, como o famoso *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.²⁰ Finalmente, em sua breve história da cultura intelectual brasileira – que não contava a seu ver, àquela altura, mais de cem anos – o movimento modernista inexistia. É provável que um contato de Zweig com a obra de representantes do modernismo cosmopolita de um Oswald de Andrade ou do modernismo erudito de um Mario de Andrade, para citar apenas dois nomes, o tivesse ajudado a enxergar nossa formação cultural sob outro prisma, talvez mais policêntrico e fragmentado. Já Ullmann em seu ensaio sobre o Brasil não foi capaz de fazer referência a sequer um livro ou obra de arte de autoria brasileira. É como se a cultura não existisse, indicando mais um vazio a ser ocupado.

NOTAS

* Este artigo aprofunda uma temática introduzida em Lisboa (2011). Uma versão ampliada e traduzida para o alemão foi publicada em Lisboa (2013).

¹ Nessa e nas demais citações em língua estrangeira, a tradução é livre.

² Zweig registra um primeiro relato breve sobre o Brasil em “Eine kleine Reise nach Brasilien” publicado em 1937 (Zweig, 1937, p.287-322). No livro editado em 1941, retoma algumas ideias e percepções sobre o Brasil, revelando seu fascínio pelo pacifismo, bem como pela suposta paz racial e ausência de preconceitos interétnicos (Lisboa, 2011, p.78 e 120). O livro deveria chamar-se *Blick auf Brasilien (Olhar sobre o Brasil)*. Em acordo com os editores norte-americano e brasileiro, é rebatizado *Brasil, um país do futuro*, título que Zweig considerava mais sugestivo do que o de sua autoria. Veio a lume quase concomitantemente nos EUA, Brasil, Estocolmo (em alemão e sueco), França e Espanha (Lisboa, 2011, p.78). Sobre a recorrência de títulos de obras sobre o Brasil que fazem referência direta ou indireta a ‘futuro’, ver Dines (2004) e Lisboa (2011, p.78, nota 83).

³ Sobre as viagens de Zweig, ver sua compilação *Auf Reisen* (1987).

⁴ Ullmann emprega o termo *Gestaltung* sem explicar detalhadamente o que entende por esse conceito, aqui traduzido por formação. Afirma apenas que na história universal só duas vezes atingiu-se o estado final da formação: na Europa e na Ásia. No entender de Ullmann (1937, p.128-129), tanto o Brasil como toda a América estariam “em formação”. Nisso residiria seu potencial de futuro. Não há indícios de que Ullmann tenha utilizado esse conceito em articulação com o pensamento social brasileiro do período.

⁵ No contexto da Restauração e como resposta à política da Santa Aliança, a doutrina Monroe do início do século XIX via qualquer tentativa de intervenção por parte de potências europeias na América como ameaça à paz dos EUA. A rivalidade entre os interesses comerciais dos EUA e da Alemanha já era uma questão no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Em 1934, o Brasil importava 23,67% dos EUA, 17% da Inglaterra e 14% da Alemanha. Após a assinatura do Acordo de compensação com a Alemanha, em 1935, a situação se altera. Em 1938, o Brasil passa a importar 25% da Alemanha, 24,2% dos EUA, 11,8% da Argentina e 10,4% da Inglaterra. Evidentemente, e com o início da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha perde sua posição. O conflito no continente europeu acabou favorecendo, finalmente, o pan-americanismo comercial, conforme analisa Bandeira (1998, p.208).

⁶ Sobre o antinorte-americanismo em viajantes alemães na América Latina nos anos 1930, ver Lisboa (2011).

⁷ Uma breve análise sobre o entusiasmo pelos EUA como modelo ou sua rejeição entre intelectuais brasileiros que viajam pelos EUA entre 1890 e 1910 encontra-se em Lisboa (2009, p.461-484). Sobre os modelos políticos europeus e dos EUA, que acabaram vencendo na época da instalação da Primeira República, ver Carvalho (1998, p.83-106), Oliveira (2000) e Bandeira (1998, p.179-185).

⁸ Desde os anos 1920, o comunismo foi considerado a maior ameaça à sociedade brasileira. O levante comunista em 1935 deu ensejo a tornar o regime mais repressivo. As discussões do projeto de lei de segurança nacional, que se iniciaram a partir de então, previam a proibição de sindicatos, associações profissionais e entidades jurídicas. As vozes liberais aprovavam as medidas radicais, pois a prioridade era combater a suposta ameaça comunista, declarando-se o estado de guerra, desde o levante comunista até junho de 1937. A armação de um novo levante, forjado pelos integralistas e usando o nome judaico Cohen, justificou a retomada do estado de guerra, aprovada na Câmara, a despeito da dubiedade das informações. Abria-se assim terreno para o golpe de Estado, perpetrado em 1937 (Capelato, 2003, p.115-116 e 141).

⁹ São aqui resumidas algumas das especificidades do (breve) Império colonial alemão: (a) ingresso tardio do Reino alemão (devido à unificação política tardia) na corrida imperialista; (b) em termos territoriais, o império colonial alemão foi o terceiro maior; (c) em termos populacionais, ocupava a quinta posição; (d) a Alemanha foi a primeira potência colonial do século XIX que passou pela descolonização (1919) (Grosse, 2000, p.20).

¹⁰ O sonho de uma África central alemã sobreviveu às metas da Primeira Guerra Mundial até os projetos colonialistas dos nazistas. Em 1943, com a derrota alemã em Stalingrado, ele encontra seu fim. Ver Laak (2005, p.104-155).

¹¹ Vale lembrar que o esforço alemão para recuperar o terreno perdido e compensar a perda das colônias também se manifesta numa política de expansão da área médica na América Latina. Ver Silva (2010), Sá et al. (2009), Sá e Silva (2010), Wulf (2013).

¹² Vale lembrar que em 1934 Hans Henning von Cossel foi enviado ao Brasil para organizar o Partido Nacional Socialista (NSDAP), com sede em São Paulo. Cossel também realizou viagens pelo sul do país, cujos relatos foram publicados em 1935. Ver Lisboa (2011). Sobre a atuação dos nazistas no Brasil, ver, entre outros, Dietrich (2007).

¹³ A *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica), fundada em 1891, referia-se à urgência de mais espaço físico para a sobrevivência dos alemães, justificando políticas colonialistas (Magalhães, 1993, p.50-72). Por outro lado, a literatura ficcional incorporou essa questão e a desenvolveu pela pena de Hans Grimm no romance *Volk ohne Raum*, editado em 1926. O romance data de um período em que a Alemanha já não tinha mais suas colônias. Ele representa assim o revisionismo do colonialismo, que os nazistas levarão adiante. Não é à toa que o livro teve várias edições depois de 1933.

¹⁴ Com a instauração do Estado Novo em 1937, a campanha de nacionalização atuou em dois níveis: educação e repressão. Na educação, ela logo assumiu conduta generalizante, ao passo que a repressão foi mais seletiva – em um primeiro momento, voltada para os nazistas e parte dos integralistas, e depois de 1942 recrudescceu de forma generalizada contra o que fosse alemão ou tivesse relação com o Eixo. Ver Gertz (1991, p.63-76) e Seyferth (1999, p.307-309), entre outros.

¹⁵ Deve-se atentar aqui para o erro de tradução ou revisão. O autor refere-se ao “isolamento espacial” (*räumliche Isolierung*) e não “especial”, como publicado na primeira edição da tradução (editora Guanabara, 1941, p.173) e na edição de 1981, da Nova Fronteira (p.132). Esse equívoco foi corrigido na nova tradução, de Kristina Michahellis, publicada em 2006 pela editora L&PM.

¹⁶ Conforme Norbert Elias (1990), desde a Ilustração, o conceito de *Zivilisation* apresenta nítida diferenciação do de *Kultur*. O ponto de partida para a distinção desses conceitos é a oposição entre o comportamento da aristocracia e a ascendente intelectualidade burguesa na Alemanha. De um lado, a ideia de *Zivilisation* traduzia “superficialidade, cerimônia, conversas formais”, atribuídas à nobreza. Do outro, ter-se-ia a *Kultur*,

que expressava “vida interior, profundidade de sentimento, absorção em livros, desenvolvimento da personalidade individual”, próprios da classe média. Kant reconhecia mesmo uma antítese entre *Kultur* e *Zivilisation* alemãs, que igualmente representava o antagonismo entre “‘virtude’ autêntica” e “‘cortesia’ externa enganadora”. Após os meados do século XVIII, Elias (1990, p.24, 29 e 37) observa que a “autolegitimação da classe média pela virtude e as realizações (*Bildung*)” adquirem mais precisão e ênfase, aprofundando a polêmica contra a superficialidade cortesã. Finalmente, a ascensão da burguesia alemã significou que essa “antítese primariamente social” veio a ser “primariamente nacional”. *Kultur*, para os alemães, “é a palavra pela qual ... se interpretam”, que mais expressa “o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser”. E, basicamente, refere-se a realizações intelectuais, artísticas e religiosas, e nada tem a ver com fatos políticos, econômicos e sociais. A *Bildung*, no sentido de formação intelectual, é, por conseguinte, parte integrante da própria *Kultur*. E *Zivilisation* significava algo verdadeiramente útil, mas de segunda importância, compreendendo “apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana”.

¹⁷ Zweig cita a obra *Níveis de vida e economia nacional*, de Roberto Simonsen (1940), autor que Mota (1980, p.28) filia aos “redescobridores” do Brasil.

¹⁸ No meio político e intelectual brasileiro, a discussão do ‘branqueamento’ da sociedade brasileira tomou enorme fôlego no período abolicionista, quando também o pensamento racista já fora sistematizado em várias vertentes. A tese do branqueamento baseava-se na suposição da superioridade da raça branca (ou caucásica) e no uso de eufemismos, como “raças mais e menos adiantadas”. Acreditava-se que, por meio da miscigenação, o negro desapareceria e a população ficaria progressivamente mais clara (Skidmore, 1976, p.81; Hofbauer, 2003, p.63-109). A contraparte da teoria do branqueamento seria a concepção de que a mistura racial levaria à degeneração do indivíduo e à impossibilidade de a sociedade se civilizar. Nina Rodrigues seria o maior porta-voz dessa vertente mais pessimista, enquanto os partidários do branqueamento, por assim dizer mais otimistas, estavam representados por Sívio Romero, J. B. Lacerda Filho e F. J. Oliveira Vianna (Costa, 2003, p.111-119).

¹⁹ Dines (2004, p.308-312) problematiza a dificuldade que se impunha aos judeus que pretendiam emigrar para o Brasil desdizendo o ‘Eldorado racial’ de Zweig. Sobre a política migratória brasileira no período de Vargas, ver, entre outros, Schpun (2011, p.68-85) e Gomes (1982).

²⁰ Para uma análise dos contatos que Zweig manteve com a intelectualidade brasileira, ver Dines (2004).

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. São Paulo: Senac. 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.107-143. 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e dos modernos: a república no Brasil. In: Carvalho, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p.83-106. 1998.
- COSSEL, Hans Henning von. Eine Reise durch das Deutschland in Brasilien. In: Verband Deutscher Vereine im Ausland (Org.). *Wir Deutsche in der Welt*. Berlin: Otto Stollberg. p.49-62. 1935
- COSTA, Sérgio. Os paradoxos do pensamento antirracista. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, v.42-43, p.111-129. 2003.
- DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas*. São Paulo: Humanitas; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Fapesp. 2007.
- DIMAS, Antonio. Um jardimzinho enganoso. In: Bolle, Willi; Galle, Helmut (Org.). *Blickwechsel. Akten des XI. Lateinamerikanischen Germanistenkongresses*, v.1. São Paulo: Edusp. p.104-111. 2005.
- DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Rocco. 2004.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1991.
- GOMES, Angela Maria de Castro. A construção do homem novo. In: Oliveira, Lucia Lippi; Velloso, Monica Pimenta; Castro, Angela Maria de (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p.151-166. 1982.
- GROSSE, Pascal. *Kolonialismus, Eugenik und bürgerliche Gesellschaft in Deutschland, 1850-1918*. Frankfurt a.M.: Campus. 2000.

- HOBBSAWM, Eric.
Das Zeitalter der Extreme: Weltgeschichte des 20. Jahrhunderts. Munique: Carl Hanser. 1994.
- HOFBAUER, Andreas.
O conceito de raça e o ideário do branqueamento no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, v.42-43, p.63-109. 2003.
- HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang.
Brasilien: Bildnis eines tropischen Grossreiches. Hamburg: Hanseatische Verlaganstalt. 1938.
- LAACK, Dirk van.
Über alles in der Welt: deutscher Imperialismus im 19. und 20. Jahrhundert. München: C.H. Beck. 2005.
- LISBOA, Karen Macknow.
“Veränderte Distanz von der Heimat verändert das innere Maß”: Europa und Brasilien im Blick zweier Reisender in den 1930er Jahren. In: Rinke, Stefan et al. (Org.) *Brasilien in der Welt*. Frankfurt: Campus. p.192-216. 2013.
- LISBOA, Karen Macknow.
Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec; Fapesp. 2011.
- LISBOA, Karen Macknow.
Figurações do outro: brasileiros relatam as suas viagens aos EUA na virada do século XIX. In: Naxara, Márcia; Marson, Izabel; Brepohl, Marion (Org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: Edufu, p.461-484. 2009.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de.
Os imigrantes alemães e a questão da cidadania. *Textos de História*, Brasília, v.1, n.2, p.50-72. 1993.
- MOTA, Carlos Guilherme.
Ideologia da cultura brasileira. São Paulo: Ática. 1980.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi.
Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi.
Questão nacional na Primeira República. In: Costa, Wilma Peres; Lorenzo, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp. p.185-216. 1997.
- RINKE, Stefan.
“Amerikanismus” und “Peligro Yanqui”: Aspekte des USA-Bildes in Chile und Deutschland, 1919-1929. In: Rinke, Stefan; König, Hans-Joachim (Org.). *Transatlantische Perzeptionen: Lateinamerika-USA-Europa in der Geschichte und Gegenwart*. Stuttgart: Heinz. p.207-232. 1998.
- RINKE, Stefan.
Der letzte freie Kontinent: deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen (1918-1933): 2 v. Stuttgart: Heinz. 1996.
- SÁ, Magali Romero et al.
Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.247-261. 2009.
- SÁ, Magali Romero; SILVA, André Felipe Cândido da.
La Revista Médica de Hamburgo y la Revista Médica Germano-Ibero-Americana: diseminación de la medicina germánica en España y América Latina (1920-1933). *Asclepio*, Madrid. v.62, n.1, p.7-34. 2010.
- SCHPUN, Mônica Raisa.
Justa: Aracy de Carvalho e o resgate dos judeus. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.
- SEYFERTH, Giralda.
A colonização alemã no Brasil. In: Fausto, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp. p.273-313. 1999.
- SILVA, André Felipe Cândido da.
A trajetória de Henrique da Rocha Lima e as relações teuto-brasileiras (1901-1956). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.495-509. 2010.
- SIMONSEN, Roberto.
Níveis de vida e economia nacional. São Paulo: Siqueira. 1940.
- SKIDMORE, Thomas E.
Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.
- ULLMANN, Herrmann.
Publizist in der Zeitwende. München: Georg D.W. Callwey. 1965.
- ULLMANN, Herrmann.
Land der Zukunft: Reise in Brasilien. Jena: Eugen Dietrichs. 1937.
- WULF, Stefan.
The Revista Médica project: medical journals as instruments of German foreign cultural policy towards Latin America, 1920-1938. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.181-201. 2013.

ZWEIG, Stefan.

Brasil, um país do futuro. Tradução Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM. 2006.

ZWEIG, Stefan.

Die Welt von Gestern (1944). Frankfurt a.M.: Fischer. 1996.

ZWEIG, Stefan.

Auf Reisen: Feuilletons und Berichte. Frankfurt a.M.: Fischer. 1987.

ZWEIG, Stefan.

Brasil, país do futuro. Tradução Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.

ZWEIG, Stefan.

Brasil, país do futuro. Tradução Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Guanabara. 1941.

ZWEIG, Stefan.

Kleine Reise nach Brasilien. In: *Begegnungen mit Menschen, Büchern, Städten*. Viena: Herbert Reichner, p.287-322. 1937.

